

REVISITANDO O ESTATUTO DO TEXTO

Mônica Magalhães Cavalcante*
Valdinar Custódio Filho**

Resumo: Neste artigo, apresentamos um panorama da conceituação do texto como objeto científico, com vistas a indicar abordagens que começam a ganhar relevância nos estudos de Linguística Textual. Defendemos que o caráter sociocognitivista, que domina os estudos do texto na atualidade, demanda princípios teóricos os quais só agora vêm sendo debatidos em profundidade. Destacamos a necessidade de considerar a materialidade textual como não exclusivamente verbal, o que exige um olhar multimodal sobre as estratégias textual-discursivas. Discutimos, também, a pertinência de se trazer para as análises situações de interação diferentes das normalmente analisadas, o que provoca reflexões sobre os limites formais do texto e aponta vislumbres sobre outras manifestações das estratégias textual-discursivas para além dos consensos.

Palavras-chave: texto, multimodalidade, interação.

Abstract: In this article, we present an overview on the concept of *text*, considering its scientific status; we intend to emphasize new tendencies, which begin to gain relevance in Text Linguistics studies. We defend that the sociocognitivist approach – the main one guiding text studies on the present day – requires theoretical principals which only now have being deeply debated. We point the urge to consider textual materiality as not only verbal, which demands a multimodal look under textual-discursive strategies. We discuss also the relevance of considering, in investigation, interactional situations different from the commonly ones; this may bring new reflection on the formal limits of a text.

Keywords: text, multimodal texts, interaction.

Introdução

Embora árdua, a tarefa de se propor um ou mais conceitos de texto se faz necessária para que se determine (ou, pelo menos, para que se perceba mais evidentemente) a operacionalização das pesquisas; o conceito é o ponto focal que indica, ao mesmo tempo, de onde se parte e o que respalda as constatações a que se quer chegar. É a partir das definições sobre um objeto de investigação que se encontram (explícita ou implicitamente) os pressupostos basilares de uma teoria ou corrente científica, bem como se vislumbram os fenômenos ou os critérios analíticos pertinentes para um determinado paradigma.

Se, por um lado, é praticamente impossível estabelecer uma única definição de texto que seja suficientemente completa, por outro lado, é possível perceber recorrências nas definições que apontam para consensos importantes a respeito do panorama atual dos estudos sobre o texto. Termos como “interação”, “prática”, “propósito”, “coerência”, “conhecimento” e “contexto” são convidados frequentemente a fazer parte das definições. Todos desembocam no reconhecimento de que uma “forte tendência sociocognitivista” (KOCH, 2003), interacionista e sociodiscursiva governa as pesquisas. Estudar cientificamente o texto, portanto, pressupõe o compromisso de levar a sério a temática das relações entre usos efetivos, aparato interdiscursivo e cognição interacionalmente situada.

Além de “organizarem o terreno”, pensamos que os conceitos propiciam uma reflexão sobre os limites e as possibilidades de avanço nos estudos dos fenômenos. É sobre essa dinâmica

que pretendemos discutir neste artigo. Objetivamos destacar que o paradigma sociocognitivista, o qual sustenta as atuais definições de estudos da Linguística do Texto – como a referenciação, a metadiscursividade, a intertextualidade, a articulação tópica, dentre outras –, reclama uma série de considerações sobre o conceito de texto e sua aplicação a investigações que ainda não contemplam de todo, nas análises empíricas, alguns pressupostos que admite.

Sobre essas questões ainda um pouco deixadas à margem (porque são, em geral, tomadas como já sabidas), destacamos a necessidade de 1) reavaliar o conceito de texto à luz das relações entre conteúdo verbal e outras semioses (particularmente, o conteúdo imagético das práticas de linguagem), e 2) refletir sobre a necessidade de a Linguística do Texto (LT) ampliar o rol de “situações investigáveis”, ou seja, considerar os processos de produção e compreensão de textos cuja configuração é diferente dos textos normalmente analisados.

Com essas coordenadas em mente, organizamos nosso trabalho em três seções:

- na primeira, apresentamos alguns conceitos de texto referendados em perspectivas teóricas mais atuais, relacionando-os ao paradigma sociocognitivo que os une; destacamos a importância deste paradigma na rediscussão de temas caros à LT (como o estatuto da coerência, por exemplo), bem como defendemos a prática produtiva, recorrentemente utilizada pelos pesquisadores da área, de dialogar com outras perspectivas de estudos da linguagem;
- na segunda, propomos uma reflexão sobre a consideração dos limites do objeto texto; focalizamos a necessidade de se refletir seriamente sobre os elementos não verbais do texto, a fim de se decidir qual o papel deles nas teorias do texto/discurso.
- na terceira, levando em conta o olhar sobre os avanços das pesquisas, advogamos em favor de uma postura investigativa que privilegie situações de interação via texto diferentes das costumeiramente investigadas; destacamos que os consensos sobre as estratégias textual-discursivas podem ser desestabilizados a partir de uma ampliação dos tipos de texto analisáveis.

Finalizamos o trabalho tecendo considerações sobre a oportunidade singular pela qual passam as pesquisas em LT, as quais parecem indicar a necessidade de novas tendências investigativas, a fim de propor explicações cada vez mais convincentes acerca dos fenômenos embutidos na busca pelos sentidos na comunicação.

O Objeto Texto na Atualidade: Conhecendo o Terreno, Vislumbrando Possibilidades

A afirmação óbvia de que o objeto de estudo da Linguística é a linguagem pode esconder a informação mais importante de que, na verdade, a investigação sobre a linguagem tem por meta tratar da temática dos sentidos. É a busca por desvendar as relações entre as formas e os sentidos, além de sua relação com a mente e com os aspectos contextuais, que está na raiz de quase todas as teorias linguísticas. Por isso é que estas só se sustentam se embasadas por pressupostos filosóficos (mesmo que não explicitados), e por isso é que há um constante diálogo entre a Linguística e outras ciências que cuidam dos sentidos, como a Semiótica.

Muitos são os olhares a respeito da “constituição linguística” dos sentidos, do que surgem diferentes propostas de investigação. Interessa-nos, aqui, destacar o tratamento escolhido pelos que se incluem no grande paradigma da chamada Linguística da Enunciação. Grosso modo, pode-se dizer que as diferentes áreas abrangidas sob a enunciação partem do pressuposto de que a linguagem, ou, melhor dizendo, a produção de sentidos pela linguagem, deve ser investigada nos/pelos usos efetivos que os sujeitos fazem dela. A proposta do estudo da linguagem em uso

chama a atenção para a importância do contexto situacional e histórico na configuração de um enunciado efetivamente produzido. Essa tônica é uma das mais importantes formulações a orientar os conceitos de texto na atualidade.

Todavia, a noção de enunciação não é a mesma para as diferentes correntes teóricas. Como argumentam Charaudeau & Maingueneau (2004, p. 193):

A concepção que se tem de enunciação oscila entre uma concepção discursiva e uma concepção linguística. Se insistirmos na ideia da enunciação como acontecimento em um tipo de contexto e apreendido na multiplicidade de suas dimensões sociais e psicológicas, operamos primordialmente na dimensão do discurso. Mas a enunciação pode também ser considerada, em um âmbito estritamente linguístico, como um conjunto de operações constitutivas de um enunciado.

Essa concepção mais estreita de enunciação só alcança o contexto comunicativo imediato e é herdeira dos ensinamentos de Benveniste (1988) e de partidários da Linguística da Enunciação atual. Não interessa tanto a teóricos dessa linha, por exemplo, chegar a explicações sobre as condições de produção de um enunciado, nem sobre posicionamentos discursivos, ideológicos, dos enunciadores e co-enunciadores. Nossa perspectiva se encontra numa posição intermediária entre essas duas vertentes, de vez que não se atém exclusivamente à comunicação imediata, mas também não se obriga a ter como finalidade última fornecer explicações sociológicas para todos os fenômenos linguísticos investigados. Esta é a razão pela qual optamos por conceber o texto como sempre inseparável das relações eminentemente discursivas.

A tese de que os sentidos são determinados pela linguagem em uso foi abraçada pela Linguística Textual, o que proporcionou a “virada pragmática” (KOCH, 2004). De uma concepção de texto como sistema autônomo passível de formulação por uma “gramática”, tributária da noção de que o texto seria a unidade linguística mais alta (em relação à frase, à palavra, ao morfema e ao fonema), passou-se à consideração de texto como unidade funcional nos processos comunicativos de uma sociedade concreta. A primazia da interação alçou o texto a uma condição especial: o objeto mesmo a partir do qual os sentidos emergem¹, mas também o objeto a partir do qual mudanças sociais podem ser empreendidas – este último é um pressuposto caro à Análise Crítica do Discurso. Mas, diferentemente de alguns analistas do discurso, não aceitamos que o texto seja uma mera materialização do discurso, ainda que admitamos os mesmos pressupostos de que o discurso é uma forma de agir sobre o mundo e sobre as pessoas, ou uma forma de representação do próprio mundo e das pessoas no mundo.

Consideramos que o texto emerge de um evento no qual os sujeitos são vistos como agentes sociais que levam em consideração o contexto sociocomunicativo, histórico e cultural para a construção de sentidos. Nas palavras de Koch (2004, p. 32-33),

na concepção interacional (dialógica) da língua, na qual os sujeitos são vistos como atores/construtores sociais, o texto passa a ser considerado o

¹ Podemos atestar a importância dessa visão de texto a partir da necessidade de outras disciplinas levarem em consideração as formulações discutidas no seio da LT. Perspectivas como a Gramática Funcional e a Análise do Discurso francesa, por exemplo, quando não assumem completamente a ideia do texto como lugar da interação, procuram definir o lugar desse objeto em seus esquemas investigativos, destacando o seu papel na “determinação” dos sentidos.

próprio *lugar* da interação e os interlocutores, sujeitos ativos que – dialogicamente – nele se constroem e por ele são construídos. A produção de linguagem constitui *atividade interativa* altamente complexa de produção de sentidos que se realiza, evidentemente, com base nos elementos linguísticos presentes na superfície textual e na sua forma de organização, mas que requer não apenas a mobilização de um vasto conjunto de saberes (enciclopédia), mas a sua reconstrução e a dos próprios sujeitos – no momento da interação verbal (grifos da autora).

O conceito de Koch, além de enfatizar o caráter social embutido nas práticas de comunicação via texto, salienta, ao mencionar a “mobilização de um vasto conjunto de saberes”, o caráter sociocognitivo como constitutivo das interações. Incluir a cognição no conceito de texto seria quase que uma obrigação para a LT, uma vez que a disciplina sempre se preocupou com as questões envolvidas no processamento mental do texto, tanto na produção quanto na recepção, desde os estudos de Beaugrande & Dressler e de van Dijk, principalmente. Todo um frutífero caminho sobre os aspectos cognitivos da prática de linguagem já havia sido percorrido e não poderia ser desconsiderado apenas porque o componente pragmático passou a ganhar relevo².

Mais do que dizer que o texto é o resultado de uma ação social e de uma ação cognitiva (como se se tratasse de duas instâncias independentes), a perspectiva assumida pela LT, na atualidade, considera que cultura e processamento mental são duas instâncias constitutivamente interligadas. A proposta sociocognitivista, dentro da LT, foi crescendo e ganhando força à proporção que, nos estudos sobre cognição, enfatizou-se a ideia de processamento ligado à percepção, de onde surgiram as teses da mente corporificada e da cognição situada³. Na mecânica textual, portanto, emergem as relações entre trabalho intelectual e restrições/possibilidades sociais, de modo que não há nítidos limites entre o que é essencialmente individual e o que é essencialmente coletivo. Ressalte-se, contudo, que a visão de sociocognição, pressuposta pelos estudos em LT, também não se equipara à mesma concepção de mente corporificada das pesquisas em Linguística Cognitiva. Como afirma Ciulla e Silva (2008, p. 26):

Na verdade, para a dimensão discursiva que estamos delineando aqui, os falantes, os objetos, os interesses e as circunstâncias histórico-sociais não apenas contam, mas devem ser vistos em conjunto, ao lado da situação imediata em que os falantes estão envolvidos no momento da interação; e o texto, portanto, deve ser visto como emergente da dimensão discursiva. A definição que se aproxima dessa noção é a que encontramos em Cavalcante (a sair), para quem o texto é algo que se abstrai da relação entre texto, leitor e autor, dentro de um contexto sociocultural específico; dentro dessa perspectiva, o texto não é simplesmente uma superfície material que conduz ao discurso, mas é visto como indissociável dele e é definido pelo uso.

² Na verdade, a própria emergência do pragmático em LT foi decorrente, em parte, dos estudos cognitivos sobre o texto, conforme se depreende, por exemplo, a partir de Charolles (1988), que credita aos estudos da gramática de texto, de forma geral, o rompimento de fronteiras nítidas entre a semântica e a pragmática. Essa observação é suficiente para o autor aconselhar um uso estratégico, não mecânico, das suas conhecidas metarregras.

³ Sobre o Sociocognitivismo, ver, por exemplo, Koch & Cunha-Lima (2003) e Maturana & Varela (1998).

O que o estatuto do texto na atualidade nos revela é que um longo caminho teórico foi percorrido com o intuito de mostrar que o estudo dos sentidos a partir do uso interativo da linguagem tem de ultrapassar os limites materiais da superfície textual. O contexto, embora fundamental como ponto de partida, não garante a completude dos sentidos. É preciso ir além, pois, como nos falam Koch & Cunha-Lima (2003, p. 292),

nenhum texto é ou poderia ser completamente explícito, já que [...] os processos de produção e de compreensão de textos dependem, em grande parte, de informações que são apenas sugeridas, apontadas nos/pelos textos e que devem ser mobilizadas pelo ouvinte/leitor para que consiga estabelecer adequadamente o(s) sentido(s) global(is) de um texto.

Assumir um paradigma sociocognitivista estabelece, para a LT, a necessidade de uma investigação que esteja atenta aos sistemas de conhecimento acionados/construídos quando da produção e interpretação, bem como ao contexto sócio-histórico envolvido em cada situação de comunicação. Em virtude da conjunção de tantos fatores, vê-se que a tarefa de se comunicar é revestida de uma complexidade que demanda a atuação de sujeitos participativos, os quais, ao mesmo tempo em que se constroem na interação, a partir da alteridade⁴, transformam as situações, pois trazem para a comunicação suas experiências particulares. Retomando Bakhtin, também assumimos que outras vozes perpassam a voz de quem enuncia. Essa polifonia, como bem explica Fonseca (2007, p. 33):

vem ancorada nos conceitos de “realidade em formação, inconclusibilidade, não acabamento, dialogismo” (BEZERRA, 2005, p. 191), porque insere no discurso uma multiplicidade de vozes da vida social, cultural e ideológica representada no enunciado. Constituída por meio da linguagem e dela dependente para existir concretamente na mente dos sujeitos, a realidade é heterogênea, pois heterogêneos são os sujeitos de linguagem que a constroem. Em cada momento que um sujeito-enunciador toma a palavra e, num momento de enunciação, realiza seus enunciados concretos, em viva interação com outros sujeitos, esse falante que se faz sujeito pela enunciação, des-constrói e re-constrói a realidade objeto de seu enunciado-enunciação levando os objetos de enunciação a nunca estarem acabados.

Vemos, então, que a perspectiva assumida na atualidade investe no entendimento do texto como um artefato dinâmico, daí ser possível tratá-lo como um evento (altamente complexo, como já sugerimos). Essa natureza dinâmica possibilitou uma rediscussão sobre os aspectos envolvidos na dinâmica textual. Koch (2004), por exemplo, salienta que a coerência textual – inicialmente entendida como um princípio de interpretação semântica derivado das relações estabelecidas na superfície textual – passa a ser considerada como o resultado “de uma construção dos usuários do texto, numa dada situação comunicativa” (p. 43), estabelecida “por meio de processos cognitivos

⁴ A alteridade é considerada em dois planos: o do reconhecimento do interlocutor e o do reconhecimento de outros textos/discursos prévios e futuros.

operantes na mente dos usuários, desencadeados pelo texto e seu contexto” (p. 46)⁵. Isso implica que a complexidade do objeto texto demanda uma noção mais elástica de coerência (e de textualidade), que privilegie a importância de cada interação e do trabalho dos sujeitos na procura pela coerência textual.

Como se encontra em Cavalcante (a sair), se a coerência continua sendo uma unidade de sentidos de um texto, é preciso acrescentar que cada um a elabora de um determinado modo, de acordo com seus conhecimentos linguístico-textuais, com seus saberes específicos que compartilha com os co-enunciadores e seus conhecimentos de mundo.

Para a (re)construção da coerência textual, todos os indícios cotextuais e as inferências engatilhadas por eles se articulam, tornam-se coesas, e nos ajudam a compor um todo significativo para dada situação sociodiscursiva. Assim, o texto “não representa a materialidade do cotexto, nem é somente o conjunto de elementos que se organizam numa superfície material suportada pelo discurso; o texto é uma construção que cada um faz a partir da relação que se estabelece entre enunciador, sentido/referência e co-enunciador, num dado contexto sociocultural. Por isso está inevitavelmente atrelado a uma enunciação discursiva” (CAVALCANTE, a sair, p. 9).

De acordo com a autora, essa noção de texto como fenômeno comunicativo tem que necessariamente supor “uma visão de coerência/coesão e de textualidade que não depende exclusivamente de propriedades inerentes à organização dos elementos no cotexto, mas, sim, de um contexto sociocultural mais amplo, o que inclui uma série de atividades interpretativas dos co-enunciadores” (CAVALCANTE, a sair, p. 9).

O mesmo caráter dinâmico – fortalecido, como vimos, pelo olhar sociocognitivo sobre o texto – acaba por determinar o direcionamento das investigações dos fenômenos. Os gêneros textuais e as estratégias textual-discursivas (referenciação, articulação tópica, intertextualidade, metadiscursividade, dentre outras) são estudados com base no pressuposto de que a interação é a instância de concretização das relações sociocognitivas, e por isso mesmo deve ser a unidade analítica por excelência. Os usos linguísticos, portanto, são a chave para se desvendarem os fenômenos. É a partir deles que as propostas explicativas são construídas. Mas é importante atentar para o fato de que são os usos que sinalizam as incompletudes e estimulam a emergência de novas configurações teóricas. É exatamente sobre essa necessidade de novas explicações que trataremos nas duas próximas seções. Antes, porém, precisamos destacar, na discussão sobre o texto na atualidade, o papel do discurso.

A inclusão do plano discursivo na teorização em LT é uma questão que, inicialmente, não se destaca nos estudos da sociocognição, mas que guarda relações pertinentes com o paradigma. Em qualquer quadro que delinieie o estatuto do texto na atualidade, é preciso considerar a sua interdependência em relação ao discurso. Uma tendência cada vez mais dominante, então, é a da não separação total entre essas duas instâncias de uso da linguagem.

Se defendemos, já há um tempo, que o objeto texto não se circunscreve a sua parte material, é necessário considerar que a parte não material se encontra (ou se confunde) com o plano discursivo da linguagem. Esse encontro é celebrado se levarmos em conta tanto a concepção mais estreita de discurso – que engloba, grosso modo, tanto os aspectos sociais, das

⁵ Em que pesem as críticas sobre o real valor de renovação dos conceitos de coerência e textualidade, pois os princípios de dinamismo e atualização já estariam embutidos nas teorizações da década de oitenta (ver COSTA VAL, 2001), o fato é que a ideia de coerência *on-line* passou a ganhar destaque efetivo (inclusive como conceito operacional) mais modernamente.

mais diversas ordens, envolvidos na atividade de interação pela linguagem⁶ – quanto a concepção mais ampla, global – que diz respeito, mais especificamente, ao papel ideológico determinante do caráter institucional que perpassa os usos linguísticos⁷. Conceitos caros às teorias do discurso, como dialogismo e polifonia, entre outros, são incorporados à LT, ganhando destaque nas teorizações e/ou nas análises.

Dessa forma, é cada vez mais frequente, em LT, desconsiderar as fronteiras muito bem delimitadas entre texto e discurso e investir no entendimento de que essas duas instâncias se imbricam e, por vezes, se confundem⁸, sem que isso signifique a necessidade de que as disciplinas em torno das duas matérias estudem as mesmas coisas ou se juntem para formar uma única área de investigação. Os programas investigativos de cada uma garantem naturalmente as especificidades, de modo que o diálogo entre elas não implica perda de identidade, mas, sim, ganho explicativo e avanço teórico-metodológico.

Aliás, o diálogo com outras perspectivas de estudo das significações é uma prática particularmente característica da LT e absolutamente necessária para a construção dos conceitos de texto. Devido à natureza complexa do objeto, torna-se necessário um olhar multidisciplinar, que contribua para o avanço no entendimento dos fenômenos. Assim é que a LT não se furta de buscar iluminações em correntes teóricas como as análises do discurso, as semióticas, as teorias de leitura, a Semântica Argumentativa, a Estilística, a Sociolinguística Interacional, a Análise da Conversação, entre outras. Do mesmo modo, é relevante o diálogo com outras áreas do saber, como a Sociologia, a Antropologia, a Psicologia e a Filosofia. Em vez de esconder as contribuições, a LT assume abertamente a inclusão de outras vozes, ao mesmo tempo em que deixa claro o nicho que pretende ocupar, a saber: o estudo das manifestações (por vezes, mais marcadamente linguísticas) do texto ou das estratégias nele presentes, efetuado com base numa proposta global de abordagem das significações. A LT é, portanto, uma disciplina constitutivamente aberta ao diálogo, assentada na crença epistemológica de que é exatamente no diálogo que as coisas se aprimoram.

Temos, então, que o caráter do texto, no estágio atual dos estudos em LT, fala em favor de um objeto dinâmico, multifacetado, resultante de uma atividade linguístico-sociocognitiva, na qual se incluem parâmetros discursivos. Com essa visão em mente, podemos passar para o próximo plano de nossa discussão, no qual argumentamos que as novas tendências nas investigações apresentam desafios que partem do caráter atual do texto e promovem/promoverão mudanças significativas tanto nos conceitos quanto nas metodologias.

Os Limites do (Conceito de) Texto: Destacando o Não Verbal, Redimensionando o Linguístico

Encetamos a discussão sobre os limites do texto em duas vertentes. Na primeira, refletimos sobre a inclusão de semioses não linguísticas nos estudos sobre o texto. Na segunda, tratamos da questão da determinação da unidade textual para fins de análise; como isso está intrinsecamente relacionado à operacionalização metodológica das pesquisas, localizamos essa questão no próximo item, mas desde já informamos que ela também diz respeito a como o estatuto de texto na atualidade limita alguns caminhos investigativos.

⁶ Essa concepção é vista, por exemplo, em Brown & Yule (1983); igualmente, é essa dimensão mais larga de discurso que está presente quando os funcionalistas tratam desse assunto.

⁷ A concepção mais ampla é mais especificamente estudada pela Análise do Discurso francesa e pela Análise Crítica do Discurso.

⁸ A questão é muito bem colocada por Ciulla e Silva (2008, p. 21): “*texto e discurso* parecem linhas em paralelo, quando, para nós, são linhas entrecruzadas”. (grifos da autora).

Quando se deu a virada pragmática, a consideração do texto como produto/processo sociocomunicativo trazia em seu bojo a discussão sobre o que seria o não texto, o que separaria o uso linguístico coerente de um uso linguístico “aleatório”, desprovido de sentido. Nesse contexto, a temática dos limites do texto (nesse caso, as fronteiras entre texto e não texto) remetia à discussão dos fatores de textualidade (BEAUGRANDE & DRESSLER, 1981) como os elementos garantidores da existência do texto. Num entendimento menos sofisticado, poder-se-ia dizer que só haveria texto se se obedecesse aos fatores pragmáticos de textualidade.

O desenvolvimento da discussão desembocou no pensamento majoritário de que não é possível falar em não texto (pelo menos não em termos absolutos), haja vista a concepção de texto como evento resultante de uma interação. Ora, como já vimos, a coerência é um princípio de interpretabilidade dependente de cada situação específica, de modo que uma configuração linguística aparentemente “sem sentido” pode, a depender da situação, ser coerente, como é o caso dos “poemas non-sense”⁹. Além do mais, o fato, dito como universal, de que qualquer uso da linguagem pressupõe uma intenção (ainda que de difícil reconhecimento) implica a assunção de que não há produção linguística que se pretenda “sem sentido”.

A discussão sobre o possível não texto se renova a partir da consideração das dimensões não verbais dos sentidos. A questão que se coloca gira em torno do “verbocentrismo” das diversas perspectivas e conceitos sobre o texto, que quase sempre definem esse objeto como exclusivamente linguístico, manifestado pela fala e/ou pela escrita e, hoje, pela modalidade de linguagem praticada na internet. E, quando não assumem o verbocentrismo explicitamente, as análises se encarregam de deixar bem claro que é disso que se trata¹⁰.

A aceitação de que os limites do texto circunscrevem-se ao verbal suscita uma nova discussão sobre o não texto, a qual ilustramos a partir de (1); a pergunta é se seria possível considerar como o texto o objeto a seguir.



Cascão. São Paulo: Globo, 2006, n. 459, p. 38.

⁹ Um exemplo seria “Lá vem a lua / redonda como um facão. / Se você não gosta de chiclete, / por que roubou minha bicicleta?”. A aceitação de que isso é um texto reside no fato de os interlocutores perceberem que a intenção por trás de tal produção é provocar o riso pela falta de articulação e sentido convencional entre as partes. Reconhecida uma intenção, tem-se um texto.

¹⁰ A título de exemplificação, ver a obra de Koch & Elias (2006), repleta de tiras em quadrinhos e outros textos que mesclam linguagem verbal e não-verbal, mas cujas análises se restringem à porção verbal dos textos.

Dentro da perspectiva de texto como objeto complexo e multifacetado, pensamos que, apesar de construído sob a égide do não verbal, é possível considerar (1) como um texto. Inicialmente, retomemos a definição de Koch (2004, p. 33), apresentada na primeira seção deste artigo, e façamos duas alterações: 1) acrescentar que “linguagem” engloba a linguagem não verbal; 2) retirar o adjetivo “linguístico” depois de “elementos”. O resultado é a seguinte paráfrase:

A produção de linguagem [verbal e não verbal] constitui atividade interativa altamente complexa de produção de sentidos que se realiza, evidentemente, com base nos elementos [linguísticos] presentes na superfície textual e na sua forma de organização, mas que requer não apenas a mobilização de um vasto conjunto de saberes (enciclopédia), mas a sua reconstrução e a dos próprios sujeitos – no momento da interação verbal.

Vemos como a definição, se aparadas as considerações sobre o verbal, casa perfeitamente com as características de (1); há, para esse texto, uma atividade de interação que gera a produção de sentidos. Esses sentidos são oriundos da forma como o texto é sequenciado e do acionamento de certos conhecimentos acerca dos personagens. Além disso, o fato de reconhecermos um gênero textual em (1) ou de o nomearmos genericamente por termos como “história” – que atesta a presença de uma sequência textual – também fala em favor da aceitação do exemplo como um texto.

Podemos dizer, então, que a já aludida natureza multifacetada do texto comporta em sua constituição a possibilidade de a comunicação ser estabelecida não apenas pelo uso da linguagem verbal, mas pela utilização de outros recursos semióticos. Da mesma forma que (1), também as pinturas e os sinais de trânsito são textos, pois ambos entram no rol de eventos que se baseiam numa superfície ao mesmo tempo em que remetem a elementos sociocognitivos necessários à interpretação. Considerando-se que assim o seja, como efeito colateral temos a emergência de uma questão polêmica: decidir (ou não) até que ponto o caminho aberto pela consideração do não verbal pode ir.

Subsumida à tese de que há textos sem a presença do verbal, encontra-se a ideia de que o reconhecimento dos estímulos diversos que chegam a nossos órgãos sensoriais nos chama constantemente à atividade de interpretar para produzir sentidos. Nessa acepção bem ampla (que, reconheça-se, se alinha bem ao Sociocognitivismo), tudo seria texto. A interpretação que o jogador de vôlei faz sobre os movimentos da equipe adversária na hora do saque (chamada pelo locutor televisivo de “leitura do jogo”); o conjunto de gestos que fazem parte da “conversa” entre o limpador de parabrisas e o motorista quando o carro para no semáforo; as considerações mentais sobre pobreza/religião/economia que um indivíduo faz quando vê um desabrigado na rua¹¹; os movimentos e tudo o mais envolvido no ato sexual... Tudo pode ser considerado texto, porque nos chama a participar ativamente de uma interação para a qual devemos dar sentido(s).

¹¹ Ainda que, nesse caso, estejamos enfocando a reflexão mental sobre uma situação, é possível considerar a ocorrência de um texto, a depender do alcance que se manifesta a partir das relações entre texto e instâncias responsáveis pela textualidade (ver, a esse respeito, as considerações ao trabalho de Hanks (2008), na próxima seção).

Frente a essa abertura (escancarada?), é necessário, então, tomar decisões sobre como estabelecer os conceitos de modo que fiquem claras as possibilidades de operacionalização das investigações. Defendemos que o pesquisador deve assumir toda a complexidade do objeto texto e propor análises que deem conta dessa multiplicidade, considerando-se que, ainda que se configurem como não verbais, as diferentes manifestações semióticas ou os diferentes processos envolvidos em situações de interação sem o verbal passam por um tratamento linguístico quando da interpretação; essa seria a decisão mais coerente com o panorama atualmente delineado nos estudos sobre o texto.

Toda essa discussão desemboca no crescente papel que a multimodalidade¹² vem desempenhando dentro da Linguística Textual. A consideração das múltiplas semioses faz estremecerem os alicerces de uma disciplina que quase sempre, mesmo em seus estágios mais avançados do ponto de vista da capacidade explicativa, centralizou-se na primazia do verbo. Na verdade, a emergência de novas reflexões sobre o estatuto do texto e a operacionalização das investigações são reivindicações com o objetivo de trazer para o concreto das análises o que os pressupostos já deixam vislumbrar. Portanto, aceitar o alargamento dos limites do texto não pode ser encarado como uma concessão, mas, sim, como o compromisso de discutir seriamente os desafios que os usos impõem, mesmo que isso signifique reconhecer a falta (provisória) de aparato teórico para tratar algumas situações.

A partir do quadro que esboçamos, podemos dizer que, atualmente, há um grande esforço para desenvolver a teorização sobre a constituição multimodal de alguns gêneros textuais. Dessa forma, estabelecem-se, com maior ou menor profundidade, as relações entre parte verbal e imagens, por exemplo, do anúncio publicitário. Além disso, tecem-se considerações sobre como até mesmo os gêneros pensados como exclusivamente verbais são atravessados por outras semioses (veja-se, por exemplo, a recorrente utilização de fotografias em notícias), que interferem na produção/interpretação.

Contudo, assumindo o objetivo de delinear as próximas tendências dos estudos do texto, destacamos a necessidade de se investigar o caráter multimodal a que podem se submeter as estratégias textual-discursivas. Sustentamos que as relações entre as partes verbal e não verbal do texto podem ser muito mais “radicais”, na medida em que som e imagem podem ser responsáveis por estabelecer fenômenos que, até o momento, foram considerados como da alçada apenas do linguístico.

Tomemos como exemplo o fenômeno da referência. Em seu trabalho sobre as funções discursivas das expressões referenciais, Ciulla e Silva (2008, p. 75) analisa o seguinte texto:

(2) O impaciente francês (publicidade de um carro da Renault, apresentada em *outdoors* – citado por Koch, 2004, p.151)

A autora apresenta esse texto como um exemplo de “introdução referencial que solicita e/ou supõe um conhecimento comum entre os falantes” (no caso, tal conhecimento advém do título de filme *O paciente inglês*). Acreditamos¹³ que a expressão “O impaciente francês”, como parte de um outdoor, deve vir associada a uma imagem do carro que é tema da propaganda. Logo, uma análise dessa expressão, dentro de uma perspectiva de estudo dos textos em uso, não pode

¹² Segundo Kress e van Leeuwen (1996, p.183), os textos multimodais são aqueles que se utilizam de mais de um código semiótico, como, por exemplo, os que combinam o código visual e o verbal.

¹³ Não podemos afirmar com certeza, pois, tanto em Ciulla e Silva quanto em Koch, o exemplo contém apenas a parte verbal do anúncio.

esquecer isso, de modo que a aludida expressão atua não como uma introdução referencial (no sentido mais clássico do termo, em que uma expressão é mencionada pela primeira vez no cotexto), mas como uma anáfora que recategoriza, linguisticamente, o carro apresentado na imagem.

A fim de deixar mais clara a posição que assumimos, vejamos o texto seguinte.

(3)

The advertisement features a yellow and blue background. At the top, a red banner reads "MUDE AGORA O COMBUSTÍVEL DO SEU CARRO!". Below this, on the left, is a close-up of a car's fuel gauge with the needle near 'R' (Reserva) and '1/2'. A red arrow points to the needle. Below the gauge, the text "SAIA DESTA SITUAÇÃO..." is written in red. To the right of the gauge is a photograph of a car's engine compartment with a natural gas conversion kit installed. Below the engine photo, a red banner reads "VENHA HOJE PARA O GÁS NATURAL!". At the bottom left, a blue box contains the following text: "ECONOMIA DE ATÉ 70%", "24x PARA PAGAR", "01 ANO DE GARANTIA", "ENTRADA PARA 60 DIAS", "KIT'S A PARTIR DE R\$ 1.700,00*", and "À VISTA OU 24x R\$ 103,71**". A vertical text on the left side of the blue box reads "CADASTRO SUJEITO A APROVAÇÃO". At the bottom left, a red banner contains the phone number "LIGUE (05) 3252 5252".

Na propaganda (distribuída sob a forma de panfleto), a expressão “desta situação” é visivelmente anafórica, visto que suscita a procura de um referente que “preencha” a informação “Que situação é esta?”. A busca, neste caso, leva não a uma estrutura linguística, mas à imagem de um marcador de combustível com o ponteiro no valor quase vazio. Claro que a imagem remete a uma possível reconstrução linguística, de forma que “esta situação” equivaleria a “ficar com pouco combustível no carro”. Mas a relação referencial foi inicialmente estabelecida num plano de ligação entre verbo e imagem. Além disso, segundo Cavalcante (a sair), nem o referente nem sua âncora precisam ser necessariamente expressos por mecanismos linguísticos. A referenciação é um processo intercognitivo e social, que se produz durante a interação e a partir dela.

Isso mostra o quão produtivo será o tratamento, no caso, do fenômeno da referenciação a partir de um olhar sobre as práticas multimodais. É claro que defender a inclusão de aspectos não linguísticos como constitutivos da construção dos referentes não significa desprezar o conteúdo verbal. Custódio Filho (2009), por exemplo, analisando a construção de referentes de um filme, mostra como o verbal é essencial para, junto com a imagem, permitir os processos interpretativos. Não se trata, portanto, de fazer uma linguística sem língua, mas de levar às últimas consequências a tese de que a comunicação se efetiva a partir da conjunção entre diversos fatores, sendo a multissêmico um dos mais relevantes.

Da mesma forma que para a referenciação, é possível vislumbrar que outras estratégias textual-discursivas, tais como a intertextualidade e a articulação tópica, também podem ser investigadas tomando como foco as práticas multimodais. A hipótese se assenta na crença de que tais práticas são frequentes demais para serem desconsideradas, ou para serem estudadas apenas

como elementos constitutivos do estilo de determinados gêneros. Há, então, caminhos a serem percorridos, a fim de que as teorias possam explicar fenômenos correntes nas práticas sociais, os quais carecem de investigações mais apuradas.

Podemos resumir o que foi apresentado nesta seção dizendo que a concepção sociointeracionista de texto define um objeto constitutivamente multifacetado, o que impele à consideração e à análise de situações nas quais o verbal não é exclusivo ou predominante; esse desdobramento esperado solicita a revisão do uso de termos como “linguístico” e correlatos, uma vez que o caminho aberto não mais se assenta na exclusividade do verbal. Tudo indica que as próximas tendências investigativas se estabelecerão com base nessa tônica.

Continuemos nossa discussão acerca de próximas tendências na seção seguinte, na qual relacionamos a concepção atual de texto com a operacionalização metodológica das análises em Linguística Textual.

A Operacionalização das Análises em Linguística Textual: Diversificando os Textos, Valorizando os Sujeitos

Hanks (2008), ao discutir questões atinentes ao texto e à textualidade, diz que esses conceitos podem englobar substratos um tanto diversos a depender do alcance que se queira dar. O autor menciona algumas instâncias que podem ser levadas em conta¹⁴:

- co-texto: “o fragmento discursivo que está associado a uma porção textual num dado texto” (p. 120);
- meta-texto: “qualquer discurso que descreva, estructure ou se refira à interpretação do texto” (p. 120);
- con-texto: “ambiente mais amplo (linguístico, social, psicológico) ao qual o texto responde e sobre o qual ele opera” (p. 120);
- pré-texto: “tudo o que prepara o terreno para o texto ou justifica sua produção ou interpretação” (p. 120);
- sub-texto: “todos os conhecimentos ou temas que formam o pano de fundo ou as dimensões tácitas de um texto, inferíveis mas não explicitamente afirmadas” (p. 120);
- pós-texto: “A miríade de resultados e de consequências da produção, distribuição ou recepção de um texto, se pretendidos e previstos ou não” (p. 120-121).

Esse levantamento mostra que “O matiz semântico preciso e a extensão do termo ‘texto’ mudam, dependendo de quais partes desta variedade de conceitos se escolhe compreender” (HANKS, 2008, p. 121). Isso é importante para termos uma ideia da flutuação terminológica em torno do estatuto do texto. Embora todas as definições atuais garantam a coocorrência de múltiplos fatores na tessitura textual, as diferenças na formulação das definições podem levar a conceitos distintos de texto no que toca ao alcance e ao limite do objeto.

Confrontemos duas definições correntes. Na primeira seção deste artigo, dissemos que o texto é um evento; em muitos livros de Ingedore Koch (por exemplo, KOCH, 2004), é recorrente a metáfora de que “o texto é a ponta do iceberg”. Parece-nos que não se está falando, num e noutro caso, da mesma coisa. Enquanto a primeira definição parece englobar todas as instâncias mencionadas por Hanks, a segunda parece nos dizer que a ponta (o texto) seria o cotexto e talvez o metatexto; as demais instâncias configurariam o resto do iceberg.

¹⁴ Os hífen das expressões listadas fazem parte do original.

Perceba-se que não estamos tratando de duas concepções pertencentes a correntes distintas; ambas bebem da mesma fonte, que propõe, como já dissemos, a necessidade de se buscar o sentido além da materialidade linguística. A diferença entre elas serve para nos mostrar o que já insinuamos na seção anterior: a tarefa de limitar o texto (o que é e o que não é, o que faz e o que não faz parte) pode ser mais difícil do que se imagina.

No momento atual nas pesquisas em LT, parece-nos que a metáfora do iceberg representa a visão dominante no que diz respeito a determinar o objeto texto que serve de análise. Em outras palavras, o que os analistas chamam de texto é uma unidade material perceptível (uma ponta) e finita, a qual, para ser compreendida/explicada, é relacionada a outras instâncias “menos materiais” (o resto do iceberg). Há, portanto, uma unidade de análise perceptível.

Essa concepção permite que os analistas tenham um objeto visível ao qual se reportar, o que se demonstra pelo uso de construções do tipo “O texto sugere que...”, “No texto acima...”, “O texto analisado apresenta...”. Em todos os casos, a identificação é possível porque remete a uma materialidade perceptível. O problema que se coloca na atualidade é a consideração, ainda por fazer, da extensão/tamanho dessa materialidade e das diferentes possibilidades de contato com ela. Os usos parecem mostrar que, em algumas práticas, a análise da materialidade cotextual, mesmo que relacionada às outras instâncias submersas do iceberg, não é suficiente para explicar alguns fenômenos.

Um exemplo que chama a atenção para as imprecisões da materialidade seria o estudo das anáforas. Grosso modo, pode-se dizer que essa estratégia se manifesta numa superfície textual, levando em conta relações diretas (correferenciais) ou indiretas (não correferenciais); mesmo nessas últimas, as relações são ativadas dentro de uma determinada materialidade analisada. Em (4), por exemplo, as anáforas direta e indireta manifestam-se, respectivamente, pelas expressões “o homem” e “no escritório” entre outras.

(4) O marido e a mulher não se falavam há uns três dias... Entretanto, o homem se lembrou que no dia seguinte teria uma reunião muito cedo no escritório. Como precisava levantar cedo, resolveu pedir à mulher para acordá-lo. Mas para não dar o braço a torcer, escreveu num papel: “Me acorde às 6 horas da manhã”. No outro dia, ele levantou e quando olhou no relógio eram 9h30. O homem teve um ataque e pensou: “Que meeeeerdaaa! Mas que absurdo! Que falta de consideração, ela não me acordou...”. Nisto, olhou para a mesa de cabeceira e reparou num papel no qual estava escrito: “São seis horas, levanta!!!”.

Disponível em: <http://100perdao.blogspot.com/2008/07/amenidades-o-marido-e-mulher-no-se.html>. Acesso em 22 abr. 2009.

Em algumas ocorrências anafóricas, o aparato normalmente utilizado não é suficiente para explicar o que verdadeiramente acontece. Costa (2007), por exemplo, analisando as interações entre membros de uma lista de discussão da internet, assinala a ocorrência de expressões referenciais que retomam elementos linguísticos exteriores ao cotexto em que se localizam. Vejamos um exemplo.

(5) From: "T" <t@yahoo.com.br>
To: <CVL@yahoogroups.com>
Sent: Tuesday, May 18, 2004 5:49 PM
Subject: [CVL] cotas para negros, índios

olha, estou gostando do debate. pela primeira vez, vejo as pessoas assumirem suas opiniões sem nenhum medo de serem censuradas. concordo com a colega d quando ela chama atenção para dois pontos importantes (...).

Em (5), o elemento grifado pode ser classificado como um encapsulador¹⁵. Entretanto, o conteúdo encapsulado não se encontra na superfície textual; é preciso, pois, para se compreendê-lo, recorrer a outras mensagens que antecederam a apresentada no exemplo. Ocorrências desse tipo servem de mote para que Costa aponte a necessidade de se repensarem algumas categorias-chave dos estudos referenciais, dentre elas, a anáfora. A discussão lançada pela autora toca na questão dos limites formais do texto. Afinal de contas, é possível saber sempre onde começa e termina um texto?

Indo além do universo investigado por Costa – a lista de discussão –, pensamos que há outras instâncias de comunicação que também comportam textos não muito bem delimitados. Pensemos no universo da ordem do narrar. Se parece óbvio que os capítulos de um romance são partes de um mesmo texto, o que dizer dos episódios de um seriado? Ainda que cada um seja um texto, o fato é que o conjunto deles também poderia ser percebido como um texto, e isso traz consequências para a experiência do ouvinte/leitor. Em narrativas desses moldes, e também em outras práticas discursivas (como as interações mediadas pelo hipertexto, por exemplo), as discussões sobre os limites formais do texto tornam-se relevantes, em virtude do que podemos investigar a respeito de estratégias textual-discursivas estabelecidas nessas situações.

Vislumbramos, então, que outra tendência das investigações residirá sobre a crítica à natureza dos textos normalmente analisados, os quais, quase sempre, apresentam uma certa extensão e podem ser lidos “rapidamente, de uma vez só”. A questão que se coloca é a de que os postulados assumidos a partir dessa prática são estendidos para a prática de interação como um todo, qualquer que seja a natureza ou a extensão do texto. Para que tais postulados se sustentem, é preciso que eles sejam submetidos à prova em situações diferentes das normalmente investigadas. A análise de filmes, romances, contos, seriados etc. pode nos mostrar que as estratégias utilizadas para a construção dos sentidos não sejam totalmente idênticas ao que se vem demonstrando incessantemente a partir, repitamos, de práticas de interação que se completam num intervalo de tempo curto e determinado.

Temos, então, que os estudos sobre as estratégias textual-discursivas vêm enveredando por novos caminhos que atestam a necessidade, cada vez maior, de considerar o texto como um construto dinâmico, que vai além da materialidade linguística. Assumir essa perspectiva, incorporando-a às análises, significa admitir a primazia dos usos reais como elemento maior da investigação.

Considerações Finais

O panorama atual de investigações em Linguística Textual apresenta um cenário singular e instigante: ao mesmo tempo em que reitera e solidifica os avanços conquistados nas duas últimas décadas, aponta para novas tendências investigativas que precisam ser incluídas nas agendas dos estudos. Todo esse movimento denota a feição verdadeiramente científica da

¹⁵ A anáfora encapsuladora consiste em usar um anafórico que retome não um referente específico e pontual, mas um conteúdo proposicional, que, ao ser encapsulado, ganha o estatuto de objeto-de-discurso e, portanto, passa a ser um referente (cf. CAVALCANTE, 2003).

disciplina, que compreende as limitações de seus recortes e busca novas abordagens que os complementem.

Aos pesquisadores, a tarefa começa a ser posta. A ousadia, o rigor e a coerência já estão fazendo o chamado. No processo do caminho, remodela-se uma teoria que incessantemente se filia como uma das mais produtivas para se estudarem os sentidos. Assumamos o nosso papel, incluindo-nos, sempre, no jogo intersubjetivo dos consensos e das rupturas.

REFERÊNCIAS

- BEAUGRANDE, Robert-Alain; DRESSLER, Wolfgang U. **Introduction to text linguistics**. Londres, Nova York: Longman, 1981.
- BENVENISTE, Émile. **Problemas de Linguística Geral**. v. 2. 2. ed. Tradução Maria G. Novak; Maria L. Neri. Campinas: Pontes, 1988.
- BROWN, Gillian; YULE, George. **Discourse analysis**. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- CAVALCANTE, Mônica M. Expressões referenciais – uma proposta classificatória. **Caderno de estudos linguísticos**. Campinas, n. 44, p. 105-118, jan/jun 2003.
- _____. **Referenciação** – sobre coisas ditas e não ditas. (a sair).
- CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2004.
- CHAROLLES, Michel. Introdução aos problemas da coerência dos textos. Tradução Paulo Otoni. In: GALVES, C.; ORLANDI, E. P.; OTONI, P. (Org.). **O texto: escrita e leitura**. Campinas: Pontes, 1988, p. 39-85.
- CIULLA E SILVA, Alena. **Os processos de referência e suas funções discursivas: o universo literário dos contos**. 201p. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.
- COSTA, Maria H. A. **Acessibilidade de referentes: um convite à reflexão**. 214p. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.
- COSTA VAL, Maria G. Repensando a textualidade. In: AZEVEDO, José Carlos (Org.). **Língua portuguesa em debate: conhecimento e ensino**. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 34-51.
- CUSTÓDIO FILHO, Valdinar. Aspectos multimodais envolvidos na construção da referência. **Anais do VI Congresso Internacional da Abralin**. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba / Ideia, 2009, p. 2927-2936. CD-rom.
- FONSECA, Carlos M. V. **Escavando o discurso e encontrando o sujeito: uma arqueologia das heterogeneidades enunciativas**. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.
- HANKS, William F. Texto e textualidade. In: BENTES, A. C.; REZENDE, Renato C.; MACHADO, Marco A. R. (Org.). **Língua como prática social: das relações entre língua, cultura e sociedade a partir de Bourdieu e Bakhtin**. São Paulo: Cortez, 2008, p. 118-168.
- KOCH, Ingedore G. V. **Desvendando os segredos do texto**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- _____. **Introdução à Linguística Textual: trajetória e grandes temas**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- KOCH, I. G. V.; CUNHA-LIMA, Maria L. Do cognitivismo ao sociocognitivismo. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Org.). **Introdução à Linguística: fundamentos epistemológicos**. v. 3. São Paulo: Cortez, 2004, p. 251-299.
- KOCH, I. G. V.; ELIAS, Vanda M. **Ler e compreender: os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2006.

KRESS, Gunther; van LEEUWEN, Theo. **Reading images:** the grammar of visual design. 2. ed. Londres, Nova York: Routledge, 2006.

MATURANA, Humberto R.; VARELA, Francisco J. **The tree of knowledge** – revised edition. Tradução Robert Paolucci. Boston, Londres: Shambhala, 1998.